

Educar em tempos de incertezas

Elma Júlia Gonçalves de Carvalhoⁱ

Resumo: Este texto tem como propósito discutir por que as dúvidas e incertezas sobre ‘o quê educar’ e ‘para quê educar’ se manifestam na educação atual. Para isso, procuramos analisar as mudanças vivenciadas na sociedade.

Palavras-chave: incertezas, educação, mudanças sociais.

Abstract: This text aims to discuss why the doubts and uncertainties about what and why to educate and educate manifest in education today. For this, we analyzed the changes experienced in society.

Key words: uncertainty, education, social change.

Introdução

A educação nos últimos tempos deixou de ser objeto de preocupação de especialistas e despertou interesse nos diferentes segmentos da sociedade. Pais, psiquiatras, psicólogos, sexólogos, juristas, dentre outros profissionais liberais vêm a público através dos meios de comunicação, interrogam-se sobre a direção mais correta a ser dada aos membros da sociedade atual. A televisão e a imprensa escrita têm dedicado tempo e espaço para assuntos dessa área, o que significa que as dúvidas sobre as perspectivas educacionais futuras estão em pauta.

Os educadores perguntam: devemos educar para a competitividade ou para a cidadania? Dowbor (1996, p.17) evidencia-nos bem esta preocupação. Segundo ele,

Estamos assistindo a uma profunda mutação do próprio papel da educação no processo de reprodução social. Estamos acostumados a um paradigma, em que a educação seria um instrumento destinado a adequar o futuro profissional ao mundo do

trabalho, disciplinando-o e municiando-o de certa maneira com conhecimentos técnicos, para que possa “vencer na vida”, inserindo-se de forma vantajosa no mundo como existe. Esta inserção vantajosa, por sua vez, asseguraria reconhecimento e remuneração, ou seja, o sucesso. Este paradigma, amplamente dominante gerou outra visão, contestadora, que tenta assegurar à educação uma autonomia que lhe permita centrar-se nos valores humanos, na formação do cidadão, na visão crítica e criativa [...]

Nesta mesma perspectiva, Redin (1996, p. 94) pergunta:

Para onde vai a escola? Não temos claro, mas o que sabemos é que onde ela está e para onde está indo não se sustenta mais. A existência humana e os processos que garantem sua sobrevivência estão radicalmente mudados: vivemos possivelmente uma nova era - em alguns aspectos melhor; em outros, pior que a anterior que vemos se esvaír. Novos tempos exigem novos paradigmas que são construídos na

refrega do cotidiano no qual lutamos para sobreviver.

Esses depoimentos nos permitem considerar que os caminhos da educação encontram-se num impasse. Como diz Dowbor (1996, p.18), “ninguém tem realmente a bússola nesse processo vertiginoso de mudanças que nos atinge” (Ibid, p. 19).

Essa inquietação não é uma particularidade da educação escolar ela está presente também nas discussões sobre as relações familiares, onde se busca compreender qual deve ser o papel dos pais na educação dos filhos. Um exemplo pode ser observado em uma reportagem da Revista Pais & Filhos, “Os Pais Têm que Perder o Medo de Educar”. Nela, especialistas discutem as relações atuais entre pais e filhos e, abordando as mudanças nas relações familiares e a origem de novas referências, destacam a dificuldade dos pais em educar os filhos diante dos novos comportamentos. O depoimento da educadora Tânia Zaguri, ilustra-nos bem essa questão.

[...] a criança foi sendo colocada no centro das discussões. É ela quem determina o filme, o programa de TV, ou o restaurante onde a família vai almoçar [...] Influenciados por um psicologismo excessivo, eles [os pais] têm medo de traumatizar os filhos e se sentem inseguros para impor-lhes limites. E o que é pior, se perdem na tarefa de educá-los (REVISTA PAIS E FILHOS, 1994, p. 61)

Ainda na mesma matéria podemos observar a opinião do pediatra e psiquiatra Christian Gauderer, sobre a dificuldade dos pais na tarefa de educar os filhos.

Na verdade, os limites praticamente deixam de existir [...] Mas é fundamental que os pais, especialmente percam esse medo

[...] Não é tão simples, se os pais de antigamente diziam aos filhos: ‘Sei o que é melhor para vocês’, os pais de hoje em dia lamentam: ‘Nem sei o que é melhor para mim [...]’ (Ibid, p. 63).

Não pretendemos aqui entrar no mérito de problemas como a falta de limites dos pais na educação dos filhos e se isto se deve ou não à incompreensão e distorção dos princípios da pedagogia nova. Queremos, sim, observar o que nos salta aos olhos, nos comentários desses especialistas, ou seja, o quanto as instituições escolar e familiar encontram-se em processo de mudança e, nesse processo, exatamente porque os comportamentos tradicionais de pais e filhos estão sendo alterados? Onde reside a dificuldade dos pais e professores de se adaptarem às novas condições?

Gostaríamos, inicialmente, de chamar a atenção para quão parciais são estas análises, que localizam o problema da falta de limites comportamentais das crianças no núcleo familiar, apontando, conforme a *Revista Pais e Filhos*, como solução a necessidade dos pais deixarem de se influenciar por um psicologismo excessivo ou de se sentir inseguros para assumir, seu verdadeiro papel na educação dos filhos - o de impor limites. Neste sentido, levantamos a questão: quais são os elementos que não aparecem nestas discussões e seriam fundamentais para o entendimento das alterações dos comportamentos quer dos pais e educadores, quer dos filhos?

A principal lacuna destas análises é o fato de que elas compreendem as relações quer familiares ou educativas independentemente de qualquer força social. Para nós os comportamentos humanos não explicam por si só, para compreendê-los é necessário desvelar

processo social no qual estão inseridos. Deste modo, consideramos que os elementos fundamentais para se entender os problemas decorrentes das mudanças nas relações familiares e na forma de educação encontra-se nas transformações mais gerais da sociedade hoje e, que, por sua vez, comandam, as mudanças nas instituições familiares e educacionais. O objetivo deste texto é, portanto, demonstrar esta relação.

Uma sociedade em mudança...

A crise do taylorismo/fordismo iniciada nos anos setenta trouxe a necessidade de uma reestruturação produtiva. O pós-taylorismo/fordismo busca, então, uma nova forma de regulação (novas formas de gerência e contrato de trabalho) e configuração das relações de trabalho, dando origem à globalização da economia e à reengenharia da produção, responsáveis pelo novo padrão de acumulação capitalista – a *acumulação flexível*. Em decorrência, os processos de produção de base rígida, operando em imensas linhas de montagem, com grandes estoques de produtos duráveis, envolvendo uma potenciação imensa do trabalho manual e desenvolvendo-se numa lógica de adestramento, vão dando lugar aos processos de base modular (através do qual a velha linha de montagem vai sendo substituída por ilhas de produção isoladas, fragmentando e dispersando todas as etapas e esferas da produção, dismantelando as linhas de montagem, e introduzindo constantes inovações) e processos flexíveis (“flextempo” - horários flexíveis, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas).

Segundo Sennett (2000, p. 9), nos setores dinâmicos da economia a ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, “atacam-se às formas rígidas de burocracia e também

os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças à curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais”. São introduzidas novas formas de organização do processo de trabalho. Por exemplo, ao trabalhador é entregue maior responsabilidade pela sua própria eficiência, produtividade ou permanência no trabalho - liberdade para controlar seu próprio trabalho. Conforme Kuenzer (2000), a internalização do controle é combinada com a responsabilização do grupo para atingir as metas na célula da produção. Há o dismantelamento das estruturas burocráticas através de novos procedimentos de gerenciamento, como a descentralização, com o desaparecimento da figura do supervisor, permitindo às pessoas maior controle sobre suas atividades e a adoção do modelo de organização cooperativa e discursiva, envolvendo a participação dos trabalhadores na tomada de decisões. O princípio fundamental é o da “*auto-regulação*”. Ou seja, segundo Fleury e Vargas (1983, p. 23), “as tarefas de planejamento e controle são entregues aos próprios elementos do grupo”.

A burocracia, que auxiliou o desenvolvimento da produção nos moldes do taylorismo/fordismo, tornou-se um empecilho para a viabilização de respostas às rápidas mudanças científico-tecnológicas, para atender as exigências frenéticas do mercado, trazendo a necessidade de uma nova forma de administração para que o sistema volte a funcionar de maneira eficiente. A autoridade burocrática é substituída pela autonomia democrática. Surge um novo perfil de gestor, alguém que coordena a tomada de decisões próprias às equipes de trabalho. É

aquele que garante a velocidade na tomada de decisões.

Dentre os muitos efeitos provocados por essas mudanças os mais evidentes são a maior intensificação, desregulamentação, precarização do trabalho e fim do pleno emprego. Assim, enquanto, por um lado, o novo modelo introduz uma nova organização produtiva e novas tecnologias, com base microeletrônica, mediante a informatização e robotização, contraditoriamente, por outro, dispensa a força de trabalho humana. Também o deslocamento de massas crescentes do capital do setor produtivo para o setor financeiro leva a uma redução de postos de trabalho, caracterizando uma situação comumente denominada como *desemprego estrutural*, na qual cada vez mais se manifesta a impossibilidade de reprodução da vida na lógica do capital, para uma grande parte dos homens, gerando insegurança, incertezas quanto as condições de subsistência e marginalização social.

Assim, a crise dos anos 1980-90 representa não apenas a falência de um modelo de crescimento industrial fundado na produção de massa, mas, sobretudo, o prenúncio de que a sua superação estaria vinculada à adoção de um novo paradigma tecnológico, organizacional e de gestão do trabalho.

Na trajetória do capitalismo que ao alterar sua produção, altera também as funções dos homens participantes dessa mesma produção. Face às exigências de globalização, inovação e competitividade as empresas, ao invés do trabalhador parcial, excessivamente especializado, com conhecimentos fragmentados dirigidos para ocupações bem definidas, passa-se a exigir um novo perfil de trabalhador, com habilidades e capacidades intelectuais que lhe possibilite adaptar-se à

produção flexível, fazendo emergir exigências de novas competências, dentre elas: capacidade de seleção, interpretação e processamento de informações; autonomia; atenção e responsabilidade; capacidade de comunicação; capacidade de identificar e resolver problemas com agilidade, decorrentes da própria variabilidade e dos imprevistos produtivos; criatividade; capacidade de assumir múltiplos papéis; flexibilidade para se adaptar às novas situações; capacidade de gerar resultados; busca de aperfeiçoamento contínuo; autodisciplina e capacidade de liderança. Todas estas habilidades passam a ganhar maior importância numa sociedade de base cada vez mais automatizada e competitiva, em que a mão-de-obra se torna desqualificada e obsoleta rapidamente. Nesse sentido, comenta Félix (1984, p. 37) “o aumento da produtividade não se limita apenas ao nível da maior exploração do trabalhador manual, mas implica na subordinação progressiva do trabalho intelectual, de modo geral, ao movimento de expansão do capital”.

Considerando que, as representações que os homens partilham o que os orienta e os ensina a atuar no mundo em que vivem é produto das condições sociais e históricas. Por conta disso, podemos dizer que as instituições são desafiadas a responderem às mudanças vivenciadas no mundo do trabalho. O mercado volta sua atenção para a escola, pois esta é vista como tendo função de formar a futura mão-de-obra. Por um lado, o saber do trabalhador passa a ser visto como estratégico para o aumento da produtividade. Definindo-se a necessidade do investimento na ampliação do conhecimento, retoma-se a tese do “*capital humano*”. Por outro, os homens devem aprender a lidar com a incerteza do emprego e, ao mesmo

tempo, com a certeza da sua própria obsolescência no mercado de trabalho.

O movimento mais flexível do capital dá origem a novos hábitos, valores, crenças, costumes, estilos de vida, linguagens que se opõem às formas compartilhadas pelos homens até então. Sennett, em seu livro *a Corrosão do Caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, nos dá a dimensão das alterações vivenciadas nos comportamentos humanos. Segundo ele, apesar de no modelo de acumulação taylorista/fordista, os trabalhadores executarem funções especializadas e o processo produtivo ser centralizado e minuciosamente controlado, padronizado, sincronizado, a organização do trabalho coletivo e a estabilidade no emprego na carreira, tendiam a unificar os trabalhadores, produzindo comportamentos como lealdade, compromisso mútuo, confiança, solidariedade, busca de metas a longo prazo. A flexibilização produtiva dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas, mas também flexibiliza as relações e o caráter. Como não existem mais regras fixas, encoraja-se a espontaneidade e a autonomia. A dependência mútua torna-se um mal, sendo incentivada a capacidade de desprender-se do próprio passado, das coisas ou pessoas, tudo se concentra no momento imediato, favorecendo as ligações tênues e superficiais. A experiência acumulada tem pouco valor, valoriza-se a mobilidade ocupacional, a disposição e a capacidade para correr riscos, para provar continuamente e para “sempre começar de novo”, pois “numa sociedade dinâmica as pessoas passivas murcham. Ficar firme é ser deixado de lado” (SENNETT, 2000, p. 103). A capacidade de correr riscos envolve permanecer na ambigüidade e na incerteza, o indivíduo deve ter habilidade de lidar com o desconhecido,

com a vulnerabilidade e a instabilidade, e caso não seja bem sucedido deve ser capaz de mudar o “jogo” e lidar com o fracasso. Consideramos provir daí a valorização da “*inteligência emocional*” como habilidade fundamental nesta nova etapa do capitalismo.

Conseqüentemente, os antigos vínculos que mantinham os homens unidos socialmente são dissolvidos. Os novos comportamentos criados e assumidos, como condição necessária à sua sobrevivência, numa sociedade extremamente competitiva, fomentam a crescente individualização, a indiferença e a desagregação do tecido social.

Isto porque, de acordo com Sennett, a nova ordem, ao abolir as regras do passado, substitui-as pelas freqüentes trocas de emprego, impossibilitando a criação de vínculos duráveis no local de trabalho ou com os vizinhos. Não há mais carreira tradicional, os indivíduos são estimulados a trabalhar mais fora do que dentro das organizações e a organizarem seu próprio tempo. “*Não há mais longo prazo*”, o capitalismo flexível destrói as virtudes de longo prazo e dos laços que demandam tempo para surgirem. O mundo torna-se cada vez mais um mundo de incertezas e indiferença.

Também porque, dentro das novas condições de mercado, os salários e contratos não dependem mais tanto de negociações através de sindicatos representando o conjunto de trabalhadores. É dado lugar a uma forma de regulação, através de “caminhos mais fluídos e individualizados”, as empresas oferecem certas vantagens que dependem do desempenho e não dos objetos de negociação explícita (SENNETT, 2000, p. 101). No limite,

importariam os objetivos individuais, os ganhos pessoais mais do que os das organizações coletivas. Em essência, na selvagem economia de mercado o melhor vence, não importa de onde ele venha ou as armas que tenha que usar. Vivemos num tempo onde tudo pode e tudo vale, ou onde nada mais vale, num tempo marcado por valores individuais e práticas decorrentes. A desintegração dos velhos padrões de relacionamento social é perturbadora, pois quebra-se o elo entre as gerações. Divididos entre o passado e o presente, não temos mais regras fixas, os valores mudam constantemente, gerando sentimentos de dúvidas e incertezas.

Em síntese, vivemos num mundo de alterações sociais significativas, cujos modos de vida tradicionais desaparecem sendo substituídos por novos comportamentos, sentimentos e formas de relacionamento. A emergência do novo cria um clima de dúvidas, inquietações e incertezas, não apenas por não se saber ao certo se os comportamentos assumidos são mais apropriados ou não, mas também quanto à própria subsistência humana. Por isso, um dos principais papéis reservados a educação atual tem sido o incitamento a iniciativa, ou seja, formar o espírito autônomo e empreendedor para o auto-emprego e a *cidadania ativa*, a partir da qual o sujeito é capaz de construir novas referências e sobrepô-las a configurações antigas e velhas instituições sociais e projetar-se como agente de seus planos individuais e da comunidade da qual faz parte. Enfim, tornar-se sujeito do seu próprio destino e do destino coletivo (DELORS, 2001).

Considerando que a educação não se define apenas pelas transformações no mundo do trabalho, também se define pelas formas de sociabilidade que se formam e se transformam, podemos

dizer que diante desse cenário as incertezas manifestam-se também na educação, fazendo com nós nos perguntemos sobre qual deve ser o papel da educação na sociedade atual?

Considerações finais

Ao percorrermos o caminho das mudanças que estão sendo vivenciadas na passagem do modelo de acumulação taylorista/fordista para o de acumulação flexível, procuramos demonstrar que a explicação para a alteração das relações familiares não pode ser buscada apenas nos indivíduos e na educação por si mesma, mas na dinâmica das relações sociais que faz com que os homens adquiram novas maneiras de pensar e agir.

Procuramos demonstrar o quanto as concepções de educação são reguladas pelo movimento da sociedade e assumem formas diferentes segundo as diferentes necessidades criadas historicamente pelos homens. Podemos, assim, concluir que os indivíduos deixam de se comportar como seus antepassados quando a sociedade em que vivem passa a se produzir sob bases diferentes, exigindo deles um novo comportamento.

A sociedade contemporânea vivencia transformações muito rápidas e profundas. Essas mudanças, se por um lado produzem novos conhecimentos, novas riquezas, por outro também produzem novas contradições sociais, como o desemprego estrutural crescente, a origem de formas marginais ou informais de sobrevivência, que dispensam contratos e vínculos empregatícios e desregulam as relações tradicionais de trabalho, o aumento da situação de miséria, o agravamento das desigualdades sociais, a marginalização, etc.

Em meio às alterações sociais não presenciamos apenas a modificação na forma de organização familiar e educativa. A instabilidade econômica, a recessão e o desemprego também geraram no homem moderno sentimentos de angústia, instabilidade e incerteza tanto quanto ao futuro, como quanto aos comportamentos e valores mais adequados à nova realidade. A insegurança e fragilidade dos pais e educadores diante das gerações mais jovens traduzem as incertezas de uma sociedade que vive a crise das relações tradicionais e que busca o caminho para a construção do novo.

Assim sendo, as mudanças não se processam de forma instantânea, mas se fazem através de um processo lento, doloroso, e conflituoso. O *novo* que se introduz não representa um aperfeiçoamento do *velho*, que, incorporando novos elementos, atinge uma forma mais perfeita e desenvolvida. O novo constrói-se como um processo de negação, destruição dos velhos comportamentos e papéis sociais, porque estes vão perdendo sua razão de existir e deixando de corresponder às necessidades de sobrevivência dos homens. Surgem, em substituição, novos comportamentos, novos homens, novas funções sociais. A substituição dos antigos comportamentos, entretanto, não garante a plena consciência imediata do que é melhor. Mesmo aqueles que entendem que precisam mudar e defendem as mudanças, desconhecem se a nova forma lhes irá possibilitar êxito. É o próprio processo histórico, portanto que gera esses momentos de confusão, que gera sentimentos de insegurança, temor, ansiedade, dúvidas e incertezas.

É preciso ainda lembrar que a dúvida pode estar presente em todos os

momentos sociais, pois a sociedade vive um processo constante de mudanças, porém, nos momentos mais altos de crise, com o acirramento das contradições e lutas, torna-se mais intensa, vivencia-se mais incertezas do que certezas ou definições.

É nesse sentido que sugerimos a necessidade de um exercício de compreensão dos conflitos educativos e familiares vividos atualmente sob uma perspectiva diferente da dos autores contemporâneos. Entendemos ser necessário pensar essas relações, esses encaminhamentos educacionais indefinidos como próprios das transformações vividas em nosso momento, ou seja, mergulhando-os nos conflitos sociais característicos da crise da nossa sociedade.

Para finalizar, gostaríamos de esclarecer que os tempos de incertezas são também tempos de procuras, por meio das quais se estabelecerá uma nova “certeza”. Ao longo do tempo, em consonância com o amadurecimento das novas condições, que estão sendo gestadas no interior das relações anteriores, mas cujas características ou fisionomia os homens têm dificuldades de captar, o novo caminho a ser seguido será descoberto, ou criado, e a educação converte-se novamente numa ação consciente, intencional e planejada (CARVALHO, 2000).

Referências

- CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Uma relação entre a transição social e a indefinição educacional. In: **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, UEM/PPG, p.167-174, Mar/2000.
- DELORS, J. (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre a Educação Para o Século XXI. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DOWBOR, Ladislav. Educação, Tecnologia e Desenvolvimento. In: BRUNO, Lúcia. (Org.).

Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. **Administração Escolar:** Um problema educativo ou empresarial? São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

FLEURY, Afonso Carlos C. e VARGAS, Nilton. **Organização do trabalho:** uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiro para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

KUENZER, Acácia Z. As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação. Novos Desafios para a Gestão. In: **Gestão Democrática da**

Educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 33- 57, 2000.

REDIN, Euclides. Educação Básica e Desenvolvimento Infantil: Aproximações e Pistas. In: **Educação Básica e o Básico na Educação.** Porto Alegre: Sulina/Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1996.

REVISTA PAIS & FILHOS. **Os Pais Têm que Perder o Medo de Educar.** São Paulo: Manchete, 1994.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



ELMA JÚLIA GONÇALVES DE CARVALHO é Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba e professora da Universidade Estadual de Maringá.